



***APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO SOB
A ÓPTICA DE LÉLIA GONZALEZ***

***APUNTES SOBRE LA FORMACIÓN DEL PUEBLO BRASILEÑO BAJO
LA ÓPTICA DE LÉLIA GONZALEZ***

***THOUGHTS ON THE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN POPULATION
FROM LÉLIA GONZALEZ'S PERSPECTIVE***

Juliana Gonçalves Tolentino¹

RESUMO

O presente trabalho visou abordar alguns apontamentos sobre o problema do negro no Brasil, num plano mais geral, e a questão das mulheres negras, de maneira mais específica, através do pensamento da intelectual negra Lélia Gonzalez. Elaborado a partir de reflexões durante a disciplina Pensamento Político Brasileiro, este trabalho, de revisão bibliográfica, foi um esforço inicial de explicitar reflexões sob a perspectiva de uma mulher negra que, apesar do seu empenho intelectual, ainda é invisibilizada no meio acadêmico. Dessa forma, apresentamos uma breve biografia de Gonzalez; a crítica da autora ao lusotropicalismo, ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento e; a análise sobre a mulher negra na sociedade brasileira. Com isso, evidenciamos as consequências da exclusão sistemática da população negra no processo de fundação e desenvolvimento do Estado Brasileiro, inclusive no âmbito da educação formal.

PALAVRAS-CHAVE: Povo Brasileiro. Racismo. Educação. Lélia Gonzalez.

RESUMEN

El presente trabajo trae apuntes sobre el problema de los negros en Brasil, en un plan más general, y sobre la cuestión de las mujeres negras, desde el pensamiento de la intelectual negra Lélia González. Elaborado a partir de reflexiones desde la disciplina de Pensamiento Político Brasileño, este trabajo de revisión bibliográfica fue un esfuerzo inicial de explicitar reflexiones desde

¹ Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

la perspectiva de una mujer negra que, aun con todo su empeño y contribución intelectual, sigue invisibilizada en el medio académico. De este modo, presentamos una breve biografía de González; las críticas de la autora al lusotropicalismo, al mito de la democracia racial y la ideología del blanqueamiento; y el análisis sobre la mujer negra en la sociedad brasileña. Con esto, evidenciamos las consecuencias de la exclusión sistemática de la población negra en el proceso de fundación y desarrollo del Estado Brasileño, incluso en el ámbito de la educación formal.

PALABRAS-CLAVE: Pueblo Brasileño. Racismo. Educación. Lélia Gonzalez.

ABSTRACT

The work presented here approaches some points related to the issues of black people in Brazil, in a broader scale, and the specificities of black women lives as appointed by black intellectual Lélia Gonzalez. Crafted from reflexions brought by the "Brazilian Political Thinking" discipline, it was an initial effort to bring light to the thought of a black woman who, in spite of her intellectual dedication, is still invisible to the academy. Therefore, we present a brief biography of Gonzalez; her criticisms to misanthropically, to the myth of racial democracy and to whitewashing ideology and her analysis on black women living in Brazilian society. With such, we bring to light the consequences of the systematic exclusion of black population in the founding and developing of Brazil's State, including in the area of formal education.

KEYWORDS: Brazilian People. Racism. Education. Lélia Gonzalez.

Introdução

O presente trabalho visou abordar alguns apontamentos sobre o problema do negro no Brasil, num plano mais geral, e a questão das mulheres negras, de maneira mais específica, a partir do pensamento da intelectual negra Lélia Gonzalez e em diálogo com reflexões elaboradas durante a disciplina Pensamento Político Brasileiro, ministrada no primeiro semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães, do departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa, intentamos analisar obras de intelectuais brasileiros que buscavam entender o processo da construção do Estado- Nação moderno brasileiro e que consideravam, em menor ou maior grau, a contingência histórica do país para a formulação de suas interpretações. Guerreiro Ramos (1957) irá fazer uma crítica contundente sobre a falta de autenticidade do pensamento social brasileiro, que muitas vezes transplantou teorias dos grandes centros de produção hegemônicos (França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos) numa forma simétrica e sincrética, sem a preocupação da realização de teorias em consonância com os fenômenos nacionais e com a busca da transformação social.

Guiado pela questão fundamental “O que é o povo brasileiro?”, esse trabalho foi um esforço inicial de apresentar reflexões sobre esse tema a partir da perspectiva de uma mulher negra que, apesar do seu empenho intelectual, ainda é invisibilizada no meio acadêmico. Dessa forma, ele se divide nos seguintes tópicos: I) Lélia Gonzalez, acadêmica e militante II) Crítica ao lusotropicalismo, ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento e III) A mulher negra na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez, acadêmica e militante

Lélia de Almeida nasceu em 1º de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica de ascendência indígena, era a penúltima de 18 irmãos. Se deslocou com sua família para o Rio de Janeiro, em decorrência de um convite recebido pelo seu irmão mais velho, Jaime de Almeida, para jogar na equipe de futebol Flamengo. No Rio, teve apoio financeiro inicial dos patrões da sua mãe para estudar. Trilhando seu percurso intelectual, graduou-se em História, Filosofia, possuía fluência em francês, inglês e espanhol. Tornou-se professora da rede secundária de ensino e posteriormente, concluiu o mestrado em comunicação social e o doutorado em antropologia política. Como professora universitária, atuou em instituições como a PUC/Rio, a UERJ e na Escola de Artes Visuais do Parque Lage/RJ, onde inaugura em 1976 o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil.

A crescente ascensão social possibilitou à Lélia o trânsito em espaços historicamente negados a pessoas com trajetórias semelhante à sua. A cada passo que avançava, percebeu o distanciamento ideológico de sua comunidade, as exigências de enquadramento aos padrões estéticos brancos, as práticas discriminatórias racistas, o que mais tarde entenderia como ideologia do branqueamento. Ademais, passou por um processo de rejeição e hostilidade, por parte da família do marido Luiz Carlos Gonzalez, que não aceitava o casamento inter-racial. Tais fatores podem ser interpretados como motivações para a aproximação de Lélia com os debates sobre questões étnico-raciais e com a militância, na construção do seu engajamento político. Em busca da sua consciência negra - “não se nasce negro, torna-se” – a autora imerge em circuitos sociais e políticos, em interlocução com Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento e outras (os) intelectuais e ativistas negras (os), integrando por exemplo o Movimento Negro Unificado (MNU). Em meados de 1970, inicia seus primeiros escritos que

denunciam a não inserção dos negros em geral, e das mulheres negras em particular, nos processos de fundação e desenvolvimento do Brasil. Ao se debruçar sobre os conceitos de mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento – presentes nas obras acadêmicas, no senso comum e no discurso nacional - seu trabalho evidencia a construção da naturalização das relações imbricadas de gênero, raça e classe a partir das especificidades históricas e contextuais do país, produzindo uma literatura comprometida com a autodeterminação do povo negro brasileiro. Lélia Gonzalez falece em 10 de julho de 1994, no Rio de Janeiro. Como mulher negra intelectual, professora, política, antropóloga, feminista, ativista, dentre outras denominações, seu legado condiz, parafraseando Guerreiro Ramos (1957), com uma prática autêntica e útil às coletividades que integrou, posição científica de caráter funcional propiciadora da autoconsciência ou do autodomínio da sociedade brasileira, examinando a literatura sobre o negro com o intuito de desmascarar seus equívocos e denunciar sua alienação.

Crítica ao lusotropicalismo, ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento

Ao demonstrar os tipos de racismos executados nas colônias americanas, Gonzalez (1988a) disserta que, no Brasil, essa prática se operacionalizou como a autora denomina de racismo por denegação. O racismo - como mecanismo utilizado para a colonização e a internalização da suposta superioridade dos colonizadores, a partir da construção ideológica de divisão hierárquica da humanidade em raças - pode ser conceituado como um discurso de exclusão cujas práticas resultam no processo de discriminação negativa de grupos étnicos considerados “inferiores/ primitivos”. O racismo por denegação, através das teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial², é a ideia da impossibilidade da existência do próprio racismo, já que o Brasil é constituído pela mistura supostamente harmoniosa das três raças que o compõe. Segundo Gonzalez, o racismo por denegação ou racismo disfarçado é

² Apesar de não ser cunhado por Gilberto Freyre, suas análises sobre as relações raciais brasileiras serviram de inspiração para a perspectiva do mito da democracia racial. Mayorga (2011), remetendo a compreensão de Chauí (2000, apud MAYORGA, 2011) de mito como uma narrativa para explicar ou justificar um dado da realidade para além da sua veracidade, depreende que o Brasil se tornou o protótipo da democracia racial pela ideia de que (...) “a mistura de raças e cores teria possibilitado a grande riqueza cultural do nosso país, um convívio igualitário entre esses diversos grupos e, portanto, a ausência de preconceitos e de qualquer tipo de racismo, já que o que teria fundado nossa identidade não poderia ser classificado em termos de categorias raciais puras” (MAYORGA, 2011, p. 85). Em Guimarães (2006) encontramos uma possível cronologia do termo, seus usos e sentidos.

sofisticado porque consegue manter negros e indígenas em lugares de subordinação: se não há racismo no Brasil, não há a necessidade de criar mecanismos para combatê-lo. Essa concepção resulta na desconsideração da questão racial nas análises sobre as desigualdades no país, além de alimentar posições que são contrárias às ações que visam a transformação desse quadro. Dessa forma, expressões como *preto de alma branca*, *a coisa tá preta*, *cabelo duro/ruim*, *mercado negro*, são interpretadas apenas como brincadeiras ou ditos populares; a sub-representação ou a representação distorcida e estereotipada da população negra nas mídias brasileiras não são vistas como propagadoras de estigmas e prejudiciais para os processos de identificação e subjetivação de pessoas negras; a reivindicação da inclusão da questão racial na formação de profissionais das diversas áreas (saúde, educação, gestão, etc.) é negligenciada. Por isso, para autora, tal tipo de racismo é a forma mais eficaz de alienação dos discriminados, pois impede a compreensão imediata dessas e de outras práticas excludentes através da ideologia racista.

Uma das interpretações da formação do povo brasileiro que posteriormente será analisada como uma visão que dá margem à construção da ideologia da democracia racial brasileira, é a concepção lusotropicalista de Gilberto Freyre. Em linhas gerais, para autor (1933, apud BASTOS, 1999) o fato de o povo português ter um passado de hibridismo racial, permeado pelos continentes africano e europeu, lhe permitiu a constituição de um caráter não baseado nos moldes de orgulho e separatismo racial. Essa característica se estendeu nos processos de colonização do Brasil. Ao chegar aqui, os colonizadores estabeleceram uma relação de incorporação de hábitos e de traços culturais dos povos escravizados. Atrelado a isso, a escassez de mulheres brancas e a necessidade de ocupação do território são aspectos que ocasionaram a mestiçagem promovida pelos portugueses.

A suposta inclinação dos portugueses em estabelecer uma espécie de “equilíbrio de antagonismos” fez com que o contato entre esses povos ocorresse, de acordo com essa perspectiva, de uma forma menos violenta e devastadora como sucedeu em colonizações desenvolvidas por outros europeus. A busca em aproveitar elementos da cultura indígena e africana que beneficiasse tanto a adaptabilidade no novo espaço como a exploração do mesmo, fez com que alguns traços dessas culturas sobrevivessem e fossem assimilados pela população ibérica.

Gonzalez (1988a), ao contrário, e remetendo a DaMatta (1984, apud GONZALEZ, 1988a), relata a experiência de invasões mouras e árabes na península

ibérica durante a Reconquista evidenciando como a estrutura rigidamente hierárquica das sociedades ibéricas de classificação social, racial e sexual dispensaram formas abertas de segregação, já que havia controle social e político severos de grupos étnicos diferentes, inclusive transformado em lei pelo rei de Portugal e de Espanha em 1597. Este modelo, em que não há espaço para a igualdade, foi transplantado para as Américas no período da colonização.

Por essa razão, a abolição da escravidão no Brasil não remeteu a afirmação da igualdade do povo negro, mesmo com o princípio de igualdade contido na nossa legislação. Com isso, o mito da democracia racial, juntamente com a ideologia do branqueamento³, reforçam a subalternidade do negro, freando suas possibilidades para o alcance da emancipação.

A mulher negra na sociedade brasileira

Segundo Gonzalez (1982a, 1982b), no sistema colonial, a negra escravizada executava dois papéis, como escrava do eito (trabalho nas lavouras) e como mucama (serviços domésticos, ama de leite). Após a abolição da escravidão, lançadas a própria sorte, o que restou para a mulher negra foi a reprodução dos papéis demarcados anteriormente, passando de mucama para empregada doméstica, faxineira, babá, cozinheira, ocupações que não exigem escolarização⁴, desvalorizadas e na maioria das vezes não submetidas às legislações trabalhistas, o que resulta numa maior precarização do trabalho⁵.

³ De acordo com Domingues (2002), há pelo menos dois sentidos da ideia de branqueamento utilizada na compreensão das relações raciais brasileiras: um ligado à realidade empírica, ou seja, a busca pelo clareamento da cor de pele da população – a partir, por exemplo, da miscigenação entre brancos e negros, resultando nos “mestiços” de pele mais clara – e outro relacionado ao discurso ideológico, isto é, a difusão e a incorporação de valores, ideais, comportamentos da cultura branca, entre brancos e negros. Para Gonzalez (1982a), ao internalizar os valores da cultura branca, as pessoas negras criam um sentimento de inferiorização e passam a negar sua negritude, atitude que, segundo a autora, reforça o mito da democracia racial.

⁴ A análise de Gonzalez é construída entre os períodos da abolição da escravatura e da ditadura militar no Brasil. Na atualidade, a depender do contexto, a escolaridade pode ser um diferencial para a admissão nos ofícios citados.

⁵ O emprego doméstico não foi incluído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Em 1972, é regulamentado pela Lei nº 5.859, que determina a obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho, o direito a férias anuais remuneradas de vinte dias úteis e o acesso a serviços da previdência social. Com a Constituição de 1988, outros direitos são garantidos, como salário mínimo, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, licença maternidade de 120 dias, dentre outros. A Emenda Constitucional (EC) nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como a “PEC das domésticas”, ampliou ainda mais os direitos da categoria na legislação, como a jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras e, em 2015, a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS (Fundo de

O processo de modernização do Brasil, a partir dos anos 1950, com o desenvolvimento industrial e com a urbanização do país, promoveu, além de outros fatores, o crescimento dos monopólios e a decadência de fábricas como as têxteis, nas quais concentravam uma maior mão de obra negra. Atrelado a isso, houve a expansão do terceiro setor de baixo nível (prestação de serviços em bancos, escritórios, etc.) que passou por um movimento de feminização dos cargos como de secretárias e assistentes, funções que exigiam pré-requisitos como nível de escolaridade e o quesito “boa aparência” (leia-se, padrões estéticos brancos, determinados pela ideologia do branqueamento). Excluídas dos processos educacionais⁶ e não condizentes aos padrões de “boa aparência” - para além de outros fatores - as mulheres negras em específico, e a população negra em geral, não participaram do crescimento econômico das classes médias brasileiras, apesar de estarem presentes ocupando postos subalternizados. Patrícia Hill Collins (1998; [1986] 2016) chama a atenção que, para além de resultar na submissão de pessoas negras à exploração econômica, trabalhar nas casas de família também permite a criação de uma consciência de sua condição, pela desmitificação do poder branco, ao “(...) saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo” (COLLINS, 2016, p. 99).

Com o aumento do desemprego para as massas e sem perspectivas e condições reais de ascensão social - decorrentes da estrutura racista, machista e classista do Brasil - qual seria a qualificação profissional da mulher negra? Empregada doméstica e “mulata”. Aqui, Gonzalez (1984;1988b) faz uma leitura da categoria mulata como uma profissão na sociedade racista brasileira. Através da apropriação e da mercantilização pelo capitalismo de um dos traços da cultura negra - as escolas de samba, cria-se a imagem racista da “mulata tipo exportação”, um nítido exercício de objetificação do

Garantia do Tempo de Serviço) e o pagamento do seguro-desemprego. Para uma análise da efetividade ou não dessas mudanças na realidade, ver Costa; Barbosa; Hirata (2016).

⁶Santos (2014) investiga vários mecanismos que proibiram e/ou limitaram a escolarização de negros no Brasil, do século XIX ao XX. Dentre eles, podemos citar a Constituição de 1824 que restringia o acesso à educação de escravizados; escolas que não aceitavam matrícula de negros; falta de materiais, alimentação e vestimentas ditas adequadas. Com isso, percebemos como o pensamento racista influenciou, e tem consequências até hoje, nas políticas públicas educacionais brasileiras. Em contrapartida, a autora também evidencia as formas de resistência da população negra a esse quadro: criação de abaixo-assinado por pais de crianças negras, ainda em 1855, solicitando funcionamento de escola; fundação da *Escola Noturna O Exemplo*, em 1902, a partir de financiamento de negros e apoiadores da causa; criação de uma escola pela Frente Negra Brasileira (1930-1937); cursos de alfabetização realizados pelo Teatro Experimental do Negro – TEN, dentre outras iniciativas, até as mais recentes lei de cotas sociais e raciais e a obrigatoriedade de ensino da história da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.

corpo da mulher negra, apreciada como a serviço do deleite de turistas e representantes da burguesia nacional. Tal construção é assentada na “sensualidade especial das mulheres negras”, imaginário que, de acordo com a autora, pôde ser sedimentado também através da interpretação gilbertofreyriana. Além disso, esse imaginário se mostra como a prova perfeita para o mito da democracia racial brasileira, já que no contexto carnavalesco as mulatas são “celebradas”, “admiradas”, se transformam em rainhas do samba. Compreendida como a única saída possível para a ascensão social de jovens negras pobres, estas acabam por serem novamente exploradas e alienadas de sua real condição no contexto brasileiro. Quando o carnaval acaba, seu lado cotidiano, não exaltado, vem à tona: o de empregada doméstica, “burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Percebe-se que a realidade da mulher negra brasileira é marcada por, no mínimo, três dimensões de opressão, baseada nas divisões racial e sexual como estruturantes das relações ideológicas e políticas do capitalismo: o racismo, o machismo e o classismo, o que limita seu processo de autodeterminação e emancipação.

Considerações Finais

No decorrer desse trabalho apresentamos, a partir do pensamento de Gonzalez, como a população negra foi sistematicamente excluída do processo de fundação e desenvolvimento do Estado Brasileiro. Desde o período colonial, o lugar social relegado ao negro escravizado foi o de subalternidade e de negação dos direitos mais fundamentais. Após a abolição, com a modernização das instituições e valores nacionais, supostamente guiados pelos princípios do republicanismo democrático de igualdade e liberdade, houve a necessidade de se debruçar sobre o denominado “problema do negro brasileiro”: como se daria sua integração ou não no país e a partir de qual maneira. Guerreiro Ramos (1957) analisa que a formação do pensamento social brasileiro se baseou em importações, sincretismos e num dogmatismo de teorias e pensadores estrangeiros, sem a preocupação de levar em consideração de maneira séria e crítica nossa contingência histórica, sendo poucos os autores da época que se esforçaram nessa direção. A importação de conceitos, teorias e também de instituições muitas vezes em estágio acabado, dificultam o desenvolvimento e as resoluções dos problemas específicos do Brasil. Dessa forma, as bases racistas, machistas, classistas,

dentre outras, foram incorporadas em nossa estrutura social e estatal, e tem consequências devastadoras até hoje.

O mito da democracia racial brasileira vem para escamotear essa estrutura anti-igualitária e anti-libertária. Junto com a ideologia do branqueamento, ele impede a criação da autoconsciência do negro enquanto sujeito explorado e discriminado, estabelecendo uma patologia social brasileira. Por isso, a indagação “o que é o povo brasileiro?” ainda é objeto de análises e contradições. De um racismo desenfreado e até cientificamente legitimado, para um discurso de harmonia racial que encobre as desigualdades resultantes daquela mesma criação de classificação racial hierarquizante, a sociedade brasileira vive uma espécie de confusão identitária que ora embaça seus racismos, fascismos, etc., ora os exorcizam das formas mais cruéis possíveis.

Posto isto, é possível indicar alguns caminhos para questões levantadas durante a disciplina Pensamento Político Brasileiro, a saber: por que no currículo de graduação das ciências sociais da UFMG⁷ não há a obrigatoriedade de disciplinas sobre o Brasil? O que explica a escassez de autoras (es) brasileiras (os) nas ementas? E porque, é quase nula, a presença de autoras (es) negras (os)? Por que, ao questionarmos a ausência de pessoas negras na academia e a ausência da perspectiva étnicorracial nas interpretações dos fenômenos sociais brasileiros somos acusados de vitimistas, divisionistas, agressivos?

Para finalizar, importante salientar que a crítica aqui exposta não é de caráter normativo. Como pontua Guerreiro Ramos (1957), para a criação das bases próprias das ciências sociais brasileira é necessário um trabalho árduo e contínuo, num grande período de tempo. As transformações históricas que permitiram uma crescente, apesar que ainda tímida, inserção de negros nas universidades possibilitaram a formulação de outras lentes de análise da nossa realidade. Como críticos, nossos escritos não são verdades absolutas e estão passíveis de revisão. Resta saber e explicitar a nossa intenção, se empenhada na construção da autodeterminação ou na continuação de um *delivery* teórico.

Referências

⁷ Me limito ao curso graduação de ciências sociais na UFMG por não ter uma visão profunda da realidade dos outros cursos e de outras universidades. Tal reflexão foi construída a partir da observação e compartilhamento com colegas e professores em cinco anos de curso.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre – Casa-grande & Senzala. In: MOTA LOURENÇO, Dantas. (Org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, 1. São Paulo: Ed. Senac, 1999, p. 215-234.

COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme Issamu. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 3, 2002.

Em busca de Lélia. Direção: Beatriz Vieirah. Brasil, 2017, (15min.).

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982a, p. 87-106.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: Gonzalez, Lélia; HASENBALG, Carlos. (Org.). *Lugar de negro*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982b, p. 9-66.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências sociais hoje*, v. 2, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988a.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano, 1988b. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 15 jun. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. La política del pensamiento feminista negro. Marysa Navarro y Catherine R. Stimpson (comps.), ¿Qué son los estudios de mujeres, p. 235-312, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), p. 99-127, 2016.

MAYORGA, Claudia. Brasil e a questão racial – entre mitos, ideologias e lutas. Em: Medrado, Benedito; Galindo, Wedna. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos – 30 anos de ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO/ Editora Universitária da UFPE, p. 71-96, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Editorial ANDES Limitada, 1957.

SANTOS, Isabel Silveira dos. Contando outras histórias sobre a educação de negros (as). In: KAERCHER, Gladis Silva; FURTADO, Tanara Forte. Curso de aperfeiçoamento UNIAFRO: política de promoção de igualdade racial na escola. Porto Alegre: Evangraf, p. 11-32, 2014.

VIEIRA, Bianca. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, uma quilombola amefricana. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 214-218, 2015.

Recebido em Maio de 2018

Aprovado em Julho de 2018